Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia" ou "Controladora"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 6 de dezembro de 2006. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental e participação no capital social de outras sociedades. As participações diretas e indiretas são as seguintes:

			% Participaç				
				2/2011		2/2010	
Companhia - PCH		Consolidação		Indireta		Indireta	
Enerbras Centrais Elétricas S.A. Energética Serra da Prata S.A.	(*)	Integral Integral na Enerbras	100	99,99	100	99,99	
Renova PCH LTDA (antiga Bela Vista)	(**)	Integral	99	22,22	_	22,22	
(,	` /			% Parti	icipação		
				2/2011		2/2010	
Companhia - Geração de Energia Eólica		Consolidação		Indireta	Direta	Indireta	
Nova Renova Energia S.A. (Holding) (anterior Sertão)	(**)	Integral	99		100		
Bahia Eólica Participações S.A. (Holding)	(**)	Integral na Nova Renova		100	100		
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(**)	Integral na Bahia Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(**)	Integral na Bahia Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(**)	Integral na Bahia Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(**)	Integral na Bahia Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(**)	Integral na Bahia Eólica		99,99	99,99		
Salvador Eólica Participações S.A.	(**)	Integral na Nova Renova		100	100		
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(**)	Integral na Salvador Eólica		99,99	99,99		
Renova Eólica Participações S.A.	(**)	Integral na Nova Renova		100	100		
Centrais Elétricas Borgo LTDA	(**)	Integral	100		99		
Centrais Elétricas Dourados LTDA	(**)	Integral	100		99		
Centrais Elétricas Maron LTDA	(**)	Integral	100		99		
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço LTDA	(**)	Integral	100		99		
Centrais Eólicas Ametista LTDA	(**)	Integral	100		99,99		
Centrais Eólicas Caetité LTDA	(**)	Integral	100		99,99		
Centrais Eólicas Espigão LTDA	(**)	Integral	100		100		
Centrais Eólicas Pelourinho LTDA (anterior Palmares)	(**)	Integral	100		99		
Centrais Eólicas Pilões LTDA (anterior Recôncavo)	(**)	Integral	100		99,99		
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Elétricas Morrão LTDA (anterior Morrinhos)	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Elétricas Seraíma LTDA	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Elétricas Tanque LTDA	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Eólicas dos Araças LTDA	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Eólicas da Prata LTDA	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste LTDA	(**)	Integral	99,99		100		
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	(**)	Integral	99		99		
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	(**)	Integral	99		99		
(*) Autorização Aneel pelo período de 30 anos							
(**) Empresas em fase pré- operacional							

^(**) Empresas em fase pré- operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Enerbras"), constituída em 09 de fevereiro de 2001, na forma de sociedade limitada e transformada em 10 de maio de 2006, em sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., ("Espra"), sociedade por ações com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A controlada indireta Espra foi constituída inicialmente na forma de consórcio em 30 de outubro de 2003, e transformada em sociedade por ações de capital fechado em 17 de setembro de 2004. A Espra tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, através de suas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW, as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente.

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia participou do Leilão nº 03/2009 da ANEEL, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente exclusivamente de fonte eólica, conforme Portarias MME nº 147/2009 e nº 211/2009, tendo se comprometido a comercializar 127 MW médios, proveniente de quatorze parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques já estão em implantação e devem entrar em operação comercial até julho de 2012. Nas datas de 26 de outubro de 2010 as SPEs Guanambi, Porto Seguro, Rio Verde, Alvorada, Guirapá, Ilhéus, Candiba, Serra do Salto, Igaporã e 06 de dezembro de 2010 as SPEs, Pajeú do Vento, Pindaí, Planaltina, Licínio de Almeida e Nossa Senhora Conceição, respectivamente, assinaram contrato de compra e venda de energia com a CCEE pelo prazo de fornecimento de 20 anos.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia participou do Leilão nº 05/2010 da ANEEL, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente exclusivamente de fonte eólica, conforme Portarias MME nº 555/2010, nº 645/2010, e nº 483/2010, e aquelas que porventura venham a alterá-las, tendo se comprometido a comercializar 78 MW médios de capacidade instalada, proveniente de seis parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques devem entrar em operação comercial até setembro de 2013. Nas datas de 26 de maio de 2011 as SPEs Da Prata, Dos Araçás, Morrão, Ventos do Nordeste e 20 de julho de 2011 as SPEs Seraíma e Tanque, respectivamente, assinaram contrato de compra e venda de energia com a CCEE pelo prazo de fornecimento de 20 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em 17 de agosto de 2011, a Companhia participou do Leilão nº 02/2011 da ANEEL, referente à contratação de Energia Nova (A-3), conforme Portarias MME nº021/2008, nº 175/2009, nº 113/2011, e aquelas que porventura venham a alterá-las, tendo se comprometido a comercializar 103,6 MW médios de capacidade instalada, proveniente de nove parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques devem entrar em operação comercial até março de 2014.

Controle Compartilhado

Em 8 de julho de 2011, a RR Participações S.A. ("RR"), na qualidade de acionista controladora da Renova Energia S.A. – "Renova", e a Light S.A., na qualidade de nova investidora, e a Renova, na qualidade de parte investida, celebraram Acordo de Investimento da Companhia na Renova, por intermédio do qual a Light Energia S.A. – "Light Energia" ingressou no capital social da Renova por meio da subscrição de novas ações ordinárias a serem por ela emitidas, correspondentes a um aumento de capital no montante total de R\$360.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), nos seguintes termos:

O Investimento foi previamente autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem como deveria ser autorizado por financiadores da Renova e de suas subsidiárias.

Uma vez cumprida todas as condições suspensivas estabelecidas no Acordo de Investimento conforme descrito acima, foi realizado no dia 19 de agosto de 2011 o aumento do capital social da Renova.

Por meio do referido Investimento ocorrido em 19 de agosto de 2011, a Light Energia passou a deter 34,9% das ações ordinárias da Renova e 25,9% do seu capital total. (Conforme detalhado na nota nº 18 Patrimônio líquido).

Reorganização Societária

Em 14 de março de 2011, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada **Nova Renova Energia S.A.**, sociedade por ações, com sede social na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, CEP 41810-001, inscrita no CNPJ/MF nº 12.041.313/0001-77 ("Nova Renova"), dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$42.609, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência da totalidade das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas CE Alvorada, CE Candiba, CE Guanambi, CE Guirapá, CE Igaporã, CE Ilhéus, CE Licínio de Almeida, CE Nossa Senhora Conceição, CE Pajeú do Vento, CE Pindaí, CE Planaltina, CE Porto Seguro, CE Rio Verde e CE Serra do Salto, nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 42.608.946 (quarenta e dois milhões, seiscentas e oito mil, novecentas e quarenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Essa alteração foi necessária devido ao modelo de financiamento e estratégia que a Companhia organizou para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao Leilão de Energia de Reserva- 2009 (LER).

Desta forma, a Nova Renova passa a deter o controle direto das mencionadas Sociedades e a Companhia passará a deter o controle indireto sobre elas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

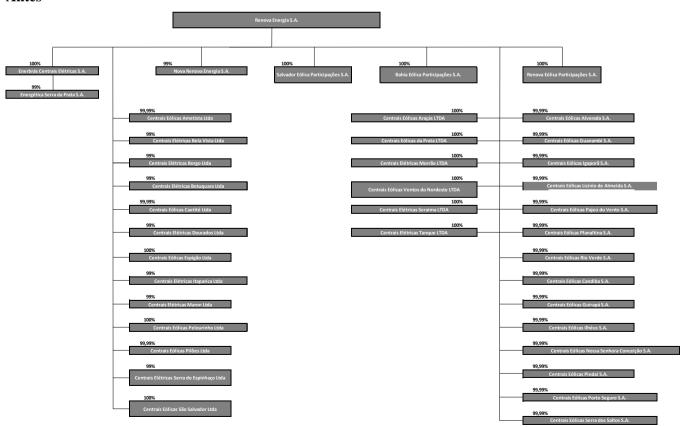
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em 15 de março de 2011, a controlada **Nova Renova Energia S.A.** conforme identificada acima autorizou o aumento de capital de sua controlada **Salvador Eólica Participações S.A.** dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$24.332, na sua totalidade por meio da transferência das suas ações detidas por sua controladora Nova Renova S.A. nas sociedades CE Alvorada, CE Guanambi, CE Guirapá, CE Nossa Senhora Conceição, CE Pajeú do Vento, CE Planaltina, CE Porto Seguro, CE Rio Verde e CE Serra do Salto, mediante a emissão de 24.331.687 (vinte e quatro milhões, trezentas e trinta e uma mil e seiscentas e oitenta e sete) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia.

Em 15 de março de 2011 a controlada **Nova Renova Energia S.A.** conforme identificada acima autorizou o aumento de capital de sua controlada **Bahia Eólica Participações S.A.** dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$18.277, na sua totalidade por meio da transferência das suas ações detidas por sua controladora Nova Renova S.A. nas sociedades CE Candiba, CE Igaporã, CE Ilhéus, CE Licínio de Almeida, CE Pindaí, mediante a emissão de 18.277.259 (dezoito milhões, duzentas e setenta e sete mil, duzentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia.

Organograma antes e depois:

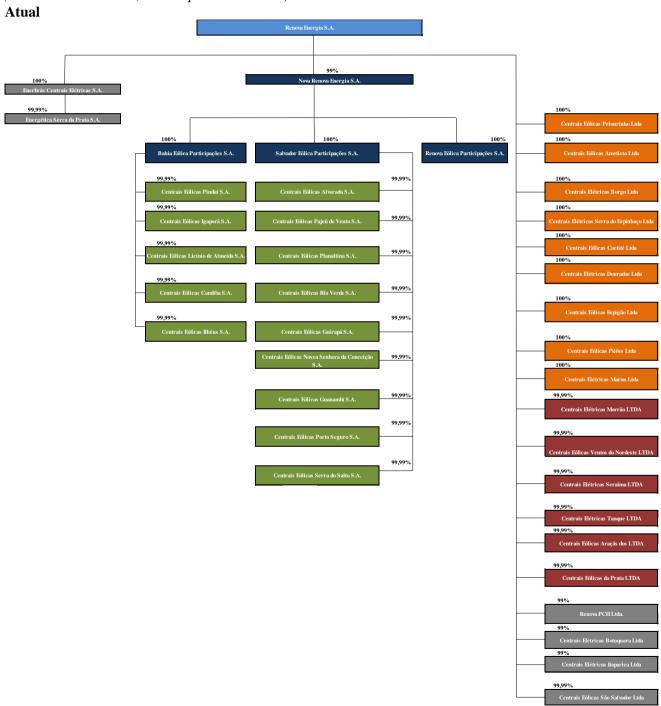
Antes



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- as demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs);
- as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com os CPCs.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos, no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nos CPCs, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Conforme previsto no CPC 43- R1, o patrimônio líquido e o lucro líquido apresentado nas informações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, divergem do IFRS em função apenas: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado, também nessas demonstrações. As reconciliações do patrimônio líquido e dos lucros líquidos dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão apresentadas na nota nº 4.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Atualmente a Companhia provisiona contingência para processos administrativos que são revisados pelo menos trimestralmente.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas da Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente:
- eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos Financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

reconhecidos inicialmente da data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para a venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Atualmente a Companhia possui registrado nos ativos mantidos até o vencimento seus depósitos em cauções e depósitos vinculados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, créditos com fornecedores e partes relacionadas.

Ativos a valor justo pelo resultado

Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

iii. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais dão direito de voto restrito e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios são definidos em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

ii. Depreciação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota nº 14. Nossas taxas de depreciações estão de acordo com as resoluções da ANEEL nº 02/1997 e nº 44/1999.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

e. Arrendamentos

A Companhia possui apenas arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos efetuados referentes a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

f. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são unitizadas e reconhecidas como custo das pequenas centrais hidrelétricas e parques eólicos.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

i. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia possui empresas que optaram pela utilização do regime de lucro presumido, conforme cálculos na nota n° 22. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

k. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluídos, nos períodos apresentados.

l. Informações por Segmento

Os resultados que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

m. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas e emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Novos Standards, emendas aos *Standards* e interpretações possuem datas de vigências a partir de períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia.

A Companhia não espera adotar esse *standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu o pronunciamento equivalente aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4. Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC)

As reconciliações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 2010 comparativamente aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstradas como segue:

	Patrimôn	Patrimônio líquido		lo do exercício
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Controladora (CPC)	649.131	292.353	1.060	(32)
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	(2.257)	(3.769)	1.512	1.530
Consolidado (IFRS)	646.874	288.584	2.572	1.498

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Descrição das diferencas entre as práticas contábeis e respectivos ajustes:

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC), está descrita abaixo:

Ativo diferido:

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a Administração da Companhia baixou contra lucros acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido, enquanto foi mantido na posição individual (CPC) da controlada indireta Espra, visto que para fins dessas demonstrações financeiras a Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta três segmentos reportáveis conforme descrito a seguir, que são as unidades de negócios estratégicas da Companhia. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes fontes de energia renováveis e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e fase de operação. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se as atividades administrativas desenvolvidas pela Holding:

- a) PCH (Desenvolvimento e Geração de Energia Renovável através de fontes hídricas). Este segmento inclui desenvolvimento de projetos de Inventários e Projetos Básicos e Geração de energia das coligadas Espra e Enerbras. Esse segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos anos de 2011 e 2010.
- b) Eólicas (Implantação e Geração de Energia Renovável através de fontes eólicas). Este segmento inclui implantação dos projetos vencedores dos leilões de energia pela Companhia e operação dos mesmos. Esse segmento está em fase de implantação dos parques dos Leilões LER 2009, LER 2010 e LEN 2011, com data prevista para entrada em operação e geração de energia dos primeiros parques a partir de julho de 2012.
- c) Novas Tecnologias e Prospecção (Desenvolvimento de novos projetos). Este segmento inclui a prospecção e o desenvolvimento de projetos de novos parques eólicos e desenvolvimento de novas tecnologias para geração de energia utilizando recursos renováveis. Este segmento teve início a partir de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2011				2010					
	PCH	Eólicas	Novas Tecnologias	Adm	Consolidado	РСН	Eólicas	Novas Tecnologias	Adm	Consolidado
Receita Líquida	36.553	-	-	-	36.553	35.486	-	-	-	35.486
Gastos não gerenciáveis	(1.155)	-	=	-	(1.155)	(1.219)	-	=	-	(1.219)
Margem Bruta	35.398	-	-	-	35.398	34.267	-	-	-	34.267
Gastos gerenciáveis	(5.397)	(1.908)	-	(21.159)	(28.464)	(4.789)	(122)	-	(13.382)	(18.293)
Depreciação	(5.674)	-	(988)	(195)	(6.857)	(5.675)	-	=	(196)	(5.871)
EBITDA	30.001	(1.908)	-	(21.159)	6.934	29.478	(122)	-	(13.382)	15.974
Resultado Financeiro	(8.096)	830	-	12.434	5.168	(10.464)	(4)	-	3.575	(6.893)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.171)	(502)	-	-	(2.673)	(1.712)	-	-	-	(1.712)
Lucro Líquido	14.060	(1.580)	(988)	(8.920)	2.572	11.627	(126)		(10.003)	1.498
Ativos Totais	260.653	1.063.417	2.527	252.904	1.579.501	249.667	56.079	2.745	123.047	431.538
Passivos Totais	124.921	689.804	-	117.902	932.627	133.626	6.636	-	2.692	142.954

^{*}Depreciação ajustada de acordo com IFRS para o Segmento de PCH.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Cons olidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Caixa	58	1	62	5	
Bancos conta movimento	281	126	69.638	2.093	
Aplicações financeiras	254.120	7.124	320.146	16.471	
Caixa e equivalentes de caixa na					
demonstração dos fluxos de caixa	254.459	7.251	389.846	18.569	

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remunerados às taxas que variam entre 98,5% indo até 102,75% do CDI.

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

Circulante

	Conso	Cons olidado		
	31/12/2011	31/12/2010		
Clientes	5.152	3.918		

Corresponde a valores a receber da venda de energia gerada pela controlada indireta Espra, referente às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é composto por valores a vencer, exclusivamente do contrato com a ELETROBRAS, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

8. Ativo fiscal corrente

Circulante

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
IRRF sobre aplicação financeira	1.297	1.064	1.344	1.064	
Cofins a compensar	1	-	95	94	
Contribuição social a compensar	-	-	44	41	
Pis a compensar	-	-	20	20	
IRRF a compensar	9	-	9	-	
ISS a compensar	-	-	-	1	
Saldo negativo IRPJ	-	54	-	54	
Total	1.307	1.118	1.512	1.274	

9. Créditos com fornecedores

	Contro	ladora	Consol	idado
	31/12/2011 31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010
Créditos com formecedores	4.701	116.091	13.479	120.533
Adiantamentos de importação		-	<u> </u>	526
Total	4.701	116.091	13.479	121.059

Em 27 de maio de 2011, as controladas indiretas (SPE's) que estão construindo os 14 parques eólicos referentes aos projetos do LER 2009, assinaram contrato de fornecimento e O&M junto a GE. Nesta mesma data a Renova Energia S.A. efetuou aumento de capital na Controlada Nova Renova S.A. que por sua vez efetuou aumento de capital nas suas controladas utilizando créditos no montante de R\$117.000 os quais foram utilizados para quitar notas fiscais dos fornecedores emitidas em 27 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de R\$13.479 apresentado no consolidado é composto por adiantamentos para compra de torres eólicas e crédito com fornecedores de aerogeradores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

10. Transações com partes relacionadas

					Controladora					Consolidado
			Ativo		Passivo			Resultado do Período findo em	Resultado do Período findo em	
	31/12/2011	31/12/2010	Vigêr	ıcia	31/12/2011	31/12/2010	Vigêr	ıcia	31/12/2011	31/12/2011
			Início	Fim			Início	Fim		
RR	244	164	27/05/2009	28/12/2013	-	-	-	-	10	10
Enerbras	10	-	02/01/2008	28/12/2013	-	-	-	-	-	-
Espra	-	-	-	-	12.087	1.577	26/08/2009	28/12/2013	(657)	-
CE Pajeu do Vento	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	72	-
Renova PCH	7	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	-	-
Nova Renova Energia	8	3	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	-	-
Bahia Eólica	8.046	3	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	22	-
Salvador Eólica	15.695	3	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	502	-
CE Alvorada	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	34	-
CE Planaltina	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	78	-
CE Rio Verde	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	98	-
CE Guirapa	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	88	-
CE N S Conceição	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	85	-
CE Guanambi	7	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	72	-
Renova Eólica	8	3	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	-	-
CE Serra do Espinhaço	163	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Ametista	151	4	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Borgo	144	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Botuquara	6	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	-	-
CE Caetité	175	4	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Dourados	159	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Espigão	175	4	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Itaparica	6	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	-	-
CE Maron	153	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Pelourinho	144	2	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE Pilões	172	4	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	1	-
CE São Salvador	-	4	01/07/2011	27/03/2012	-	-	-	-	-	-
Total	25.473	212		-	12.087	1.577			413	10

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado anual, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas.

a. Contas a receber e a pagar

Contas a receber – correspondem a mútuo realizado com a controladora RR Participações S.A. e demais coligadas e controladas conforme descrito no quadro. Esses mútuos foram realizados para suprir necessidade de caixa dessas empresas.

Contas a pagar – o mútuo realizado com a coligada Espra foi realizado para suprir necessidade de caixa.

Para ambos os saldos (a receber e a pagar), o valor devido está sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% a.a., os quais não serão capitalizados.

A solicitação de autorização para elaboração dos contratos de mútuos foi protocolada na ANEEL em 2008.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.015 e R\$2.468, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária paga pela Companhia no período acumulado.

	Controladora						
2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total				
Número de membros	2	7	9				
Remuneração fixa anual (em R\$)	120	1.895	2.015				
Salário ou pró-labore	96	1.895	1.991				
Beneficios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a				
Remuneração por participação em comitê	24	n/a	24				
Remuneração variável (em R\$)	n/a	n/a	n/a				
Bônus	n/a	n/a	n/a				
Beneficios pós emprego	n/a	n/a	n/a				
Valor total da remuneração por orgão	120	1.895	2.015				

Remuneração média mensal do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

	Controladora				
2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Número de membros	2	7			
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	8	35			
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	4	23			
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	6	29			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

11. Cauções e depósitos vinculados

	Contro	ladora	Consolidado			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Circulante	40	59	40	59		
Não circulante	449	444	11.875	12.019		
	489	503	11.915	12.078		

O saldo de R\$11.875 em 31 de dezembro de 2011, apresentado no Ativo não circulante refere-se à aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de "fundo de liquidez em conta reserva" junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., mantido até o vencimento cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCHs da controlada Espra. Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento, que ocorrerá em 2026. É remunerada pelo CDI alcançando 97% da sua variação, cujos saldos ao final do exercício já se encontram valorizados a mercado. O saldo remanescente refere-se a depósitos relativos a garantias de estudos de inventários, sendo esses depósitos realizados a favor da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Controladora

12. Ágio na incorporação

	Conti oragor a		
	31/12/2011	31/12/2010	
Ágio	119.272	119.272	
(-) Provisão de Ágio no momento da Incorporação	(119.272)	(119.272)	

Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou um de seus acionistas, a Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin"). Por consequência desta incorporação a Companhia reconheceu um ágio no montante de R\$119.272. Este ágio inicialmente reconhecido na Hourtin foi em função de aquisição de participação no capital da Companhia. O fundamento econômico deste ágio foi suportado pela expectativa de rentabilidade futura da Energética Serra da Prata ("Espra") e de outras sociedades de propósito específico detentoras de projetos pela Renova. Não obstante e conforme indicado no Laudo de Avaliação preparado para evidenciar o fundamento econômico do ágio, os peritos indicaram que pelo fato de a Renova ser uma holding pura e de tal rentabilidade incorrer de seus investimentos diretos e indiretos o mesmo deve ser atribuído à mais-valia de tais investimentos. Os ativos que foram transferidos à Companhia à época da operação suportaram o valor do ágio que teve como contrapartida, uma reserva de capital.

Considerando posteriormente a incorporação reversa ocorrida no início de 2010 o ágio foi provisionado integralmente na incorporadora e para efeitos fiscais a Companhia mantém registrado na Parte B do seu lalur o ágio oriundo dessa incorporação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de equivalência patrimonial de suas controladas no montante de R\$10.968 em 31 de dezembro de 2011 e R\$9.971 em 31 de dezembro de 2010.

	Participação	Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou (prejuízo)	Equivalência patrimonial
31 de dezembro de 2010						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	100%	224.499	133.626	90.873	10.097	10.097
Eólicas - SPEs	100%	50.716	6.636	44.080	(126)	(126)
		275.215	140.262	134.953	9.971	9.971
31 de dezembro de 2011						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	100%	231.740	124.921	106.819	12.548	12.548
Eólicas - SPEs	100%	1.047.694	689.804	357.890	(1.580)	(1.580)
		1.279.434	814.725	464.709	10.968	10.968

Movimentação do investimento

	Saldos 31/12/2010	Aumento de Capital	Adto p/ futuro aumento de capital	Dividendos Propostos	Equivalência patrimonial	Saldos 31/12/2011
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	90.873	15.319	-	(11.921)	12.548	106.819
Eólicas - SPEs	44.080	312.217	3.173		(1.580)	357.890
Total	134.953	327.536	3.173	(11.921)	10.968	464.709

O patrimônio líquido da Enerbras em 31 de dezembro de 2011 é de R\$106.819. O lucro do período é de R\$12.548 e o capital social é de R\$101.956, composto por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinárias, 832.562 ações preferenciais classe B e 3 ações preferenciais classe A.

Além da Enerbras, a Companhia possui participação em mais 23 Companhias, sendo 20 em participação direta e 03 subholding com participação indireta (vide nota n°1). Estas Companhias estão em fase pré-operacional e têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de energia elétrica oriunda de fonte de energia eólica e participar em outras sociedades, conforme o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Abaixo segue o quadro com a demonstração de investimentos das Companhias com participação direta:

Companhia	Investimento em 31/12/2010	Adição ao Investimento	Adto para futuro aumento de capital	Dividendos Propostos	Lucro/Prejuizo do Período	Investimento em 31/12/2011
ENERBRAS Centrais Elétricas S.A.	90.873	15.319	-	(11.921)	12.548	106.819
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	1.292	(1.292)	_	-	-	_
Centrais Eólicas Candiba S.A.	2.359	(2.359)	_	-	-	-
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	2.566	(2.566)	_	-	-	-
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	3.520	(3.520)	-	-	_	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	4.220	(4.220)	-	-	_	-
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	4.087	(4.087)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	3.630	(3.630)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	2.265	(2.265)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	5.054	(5.054)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	2.545	(2.545)	-	-	-	-
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	3.470	(3.470)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	3.178	(3.178)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	3.349	(3.349)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	1.047	(1.047)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ametista LTDA	214	-	-	-	(4)	210
Centrais Eólicas dos Araças LTDA	214	1.885	273	-	(1)	2.371
Centrais Eólicas Caetité LTDA	214	-	-	-	(3)	211
Centrais Eólicas Espigão LTDA	214	-	-	-	(4)	210
Centrais Eólicas Pilões LTDA (anterior Recôncavo)	214	-	-	-	(4)	210
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	214	-	-	-	(2)	212
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste LTDA	214	1.393	429	-	(3)	2.033
Centrais Eólicas da Prata LTDA	-	1.544	235	-	(6)	1.773
Centrais Elétricas Tanque LTDA	-	1.644	241	-	(7)	1.878
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço LTDA	-	-	-	-	(7)	(7)
Centrais Elétricas Seraíma LTDA	-	1.883	241	-	(6)	2.118
Centrais Eólicas Pelourinho LTDA (anterior Palmares)	-	-	-	-	(7)	(7)
Centrais Elétricas Morrão LTDA	-	1.869	254	-	(5)	2.118
Centrais Elétricas Maron LTDA	-	-	-	-	(7)	(7)
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	-	-	-	-	(5)	(5)
Centrais Elétricas Dourados LTDA	-	-	-	-	(7)	(7)
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	-	-	-	-	(6)	(6)
Centrais Elétricas Borgo LTDA	-	-	-	-	(7)	(7)
Renova PCH LTDA (anterior Bela Vista)	-	-	-	-	(5)	(5)
Nova Renova Energia S.A.		344.581	1.500		(1.484)	344.597
Total	134.953	327.536	3.173	(11.921)	10.968	464.709

A abertura dos investimentos realizados na subholding Nova Renova Energia S.A. que controla as empresas Renova Eólica, Salvador Eólica e Bahia Eólica são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Companhia	Investimento em 31/12/2010	Adição ao Investimento	Adto aumento de capital	Lucro/Prejuízo do Período	Investimento em 31/12/2011
Nova Renova Energia S.A.	-	-	-	(32)	(32)
Renova Eólica Participações S.A.	-	-	-	(5)	(5)
Bahia Eólica Participações S.A.	-		-	(46)	(46)
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	-	40.995	1.500	(60)	42.435
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	-	32.694	-	(102)	32.592
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	-	32.695	-	(89)	32.606
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	-	18.395	-	(52)	18.343
Centrais Eólicas Candiba S.A.	-	16.093	-	(54)	16.039
Salvador Eólica Participações S.A.	-		-	41	41
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	-	8.422	-	(94)	8.328
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	-	20.977	-	(193)	20.784
Centrais Eólicas Guirapa S.A.	-	29.028	-	(241)	28.787
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	-	30.640	-	166	30.806
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	-	21.826	-	(51)	21.775
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	-	29.030	-	(124)	28.906
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	-	25.810	-	(242)	25.568
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	-	27.420	-	(250)	27.170
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	<u> </u>	10.556		(56)	10.500
TOTAL	-	344.581	1.500	(1.484)	344.597

Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou instrumentos de Adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.500 com a Centrais Eólicas Igaporã S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14. Ativo Imobilizado

14.1 Controladora

		31/12/2011			31/12/2010		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de Medição	20%	3.515	(988)	2.527	-	-	-
		3.515	(988)	2.527	_	-	
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	55	(6)	49	512	(136)	376
Benfeitorias	10%	2.156	(60)	2.096	1.236	(69)	1.167
Móveis e utensílios	10%	2.099	(192)	1.907	669	(89)	580
Softwares	20%	1.006	(108)	898	564	-	564
Equipamento de Informática	20%	654	(157)	497	337	(103)	234
Veículos	20%	6		6	6		6
		5.976	(523)	5.453	3.324	(397)	2.927
Total do Imobilizado em serviço		9.491	(1.511)	7.980	3.324	(397)	2.927
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		15.723	-	15.723	5.363	-	5.363
Estudos e projetos		26.404	-	26.404	22.159	-	22.159
Terrenos		2.509	-	2.509	3.009	-	3.009
Máquinas e equipamentos		-	-	-	2.745	-	2.745
Total do Imobilizado em curso		44.636		44.636	33.276	-	33.276
Total imobilizado		54.127	(1.511)	52.616	36.600	(397)	36.203

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14.2 Movimentações do imobilizado (Controladora)

	31/12/2010	Adições	Baixas	Integralização Capital SPEs Eólicas	Reclassificações entre rubricas	Depreciação	31/12/2011
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de Medição	-	232	-	-	3.121	(826)	2.527
Administração							
Máquinas e equipamentos	376	33	-	-	(356)	(4)	49
Benfeitorias	1.167	1.787	(803)	-	-	(56)	2.095
Móveis e utensílios	580	1.468	(33)	-	-	(107)	1.908
Softwares	564	442	-	-	-	(108)	898
Equipamento de informática	234	365	-	-	(20)	(82)	497
Veículos	6	-	-	-	-	-	6
	2.927	4.095	(836)	-	(376)	(357)	5.453
Total do imobilizado em serviço	2.927	4.327	(836)		2.745	(1.183)	7.980
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	5.363	37.315	-	(28.061)	1.106	-	15.723
Estudos e projetos	22.159	4.245	-	-	-	-	26.404
Terrenos	3.009	606	-	-	(1.106)	-	2.509
Máquinas e equipamentos	2.745	-	-	-	(2.745)	-	-
Total do imobilizado em curso	33.276	42.166		(28.061)	(2.745)		44.636
Total do imobilizado	36.203	46.493	(836)	(28.061)	-	(1.183)	52.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14.3 Consolidado

		31/12/2011			31/12/2010			
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		595	-	595	595	-	595	
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.807	(7.818)	87.989	95.797	(5.560)	90.237	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.110	(5.308)	40.802	45.500	(3.595)	41.905	
Máquinas e equipamentos	4%	65.009	(6.262)	58.747	64.995	(4.622)	60.373	
Móveis e utensílios	10%	89	(26)	63	80	(18)	62	
Equipamento de informática	20%	232	(111)	121	228	(65)	163	
Torres de Medição	20%	3.516	(988)	2.528	-	-	-	
Outros	20%	10	(5)	5	10	(3)	7	
		211.368	(20.518)	190.850	207.205	(13.863)	193.342	
Administração				<u> </u>				
Máquinas e equipamentos	10%	55	(6)	49	512	(136)	376	
Benfeitorias	10%	2.156	(61)	2.095	1.236	(69)	1.167	
Móveis e utensílios	10%	2.139	(205)	1.934	709	(99)	610	
Softwares	20%	1.006	(108)	898	564	-	564	
Equipamento de informática	20%	672	(167)	505	355	(110)	245	
Veículos	20%	6	-	6	6	-	6	
		6.034	(547)	5.487	3.382	(414)	2.968	
Total do Imobilizado em serviço		217.402	(21.065)	196.337	210.587	(14.277)	196.310	
Imobilizado em curso								
Geração								
A ratear		120.979	-	120.979	34.067	-	34.067	
Estudos e projetos		26.404	-	26.404	22.159	-	22.159	
Terrenos		5.725	-	5.725	3.009	-	3.009	
Máquinas e equipamentos		-	-	-	2.745	-	2.745	
Edificações, obras civis e benfeitorias		77.017	-	77.017	-	-	-	
Móveis e utensílios		3	-	3	-	-	-	
Torres de Medição		3.228	-	3.228	-	-	-	
Aerogeradores		663.066	-	663.066	-	-	-	
Equipamentos de subestação		5.204	-	5.204	-	-	-	
Adiantamento a fornecedores		57.494	-	57.494	15.410	-	15.410	
Total do Imobilizado em curso		959.120		959.120	77.390		77.390	
Total imobilizado		1.176.522	(21.065)	1.155.457	287.977	(14.277)	273.700	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14.4 Movimentação do imobilizado (Consolidado)

	31/12/2010	Adições	Baixas	Integralização Capital SPEs Eólicas	Reclassificações entre rubricas	Depreciação	31/12/2011
Imobilizado em serviço		<u> </u>					
Geração							
Terrenos	595	-	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	90.237	10	-	-	-	(2.258)	87.989
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.905	610	-	-	-	(1.713)	40.802
Máquinas e equipamentos	60.373	14	-	-	-	(1.640)	58.747
Móveis e utensílios	62	9	-	-	-	(8)	63
Equipamento de informática	163	4	-	-	-	(46)	121
Torres de Medição	-	233	-	-	3.121	(826)	2.528
Outros	7	-	-	-	-	(2)	5
	193.342	880		-	3.121	(6.493)	190.850
Administração							
Máquinas e equipamentos	376	33	-	-	(356)	(4)	49
Benfeitorias	1.167	1.787	(803)	-	-	(56)	2.095
Móveis e utensílios	610	1.468	(33)	-	-	(111)	1.934
Softwares	564	442	-	-	-	(108)	898
Equipamento de informática	245	365	-	-	(20)	(85)	505
Veículos	6	-	-	-	-	-	6
	2.968	4.095	(836)	-	(376)	(364)	5.487
Total do imobilizado em serviço	196.310	4.975	(836)		2.745	(6.857)	196.337
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	34.067	125.809	-	(28.061)	(10.836)	-	120.979
Estudos e projetos	22.159	4.245	-	-	-	-	26.404
Terrenos	3.009	4.044	-	-	(1.328)	-	5.725
Máquinas e equipamentos	2.745	-	-	-	(2.745)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	64.645	-	-	12.372	-	77.017
Móveis e utensílios	-	3	-	-	-	-	3
Torres de Medição	-	1.940	-	-	1.288	-	3.228
Aerogeradores	-	652.007	-	-	11.059	-	663.066
Equipamentos de subestação	-	4.934	-	-	270	-	5.204
Adiantamento a fornecedores	15.410	54.909			(12.825)		57.494
Total do imobilizado em curso	77.390	912.536	-	(28.061)	(2.745)		959.120
Total do imobilizado	273.700	917.511	(836)	(28.061)		(6.857)	1.155.457

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Imobilização em serviço

As imobilizações em serviço estão divididas em dois grupos:

- i. Geração Composto basicamente de ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino1 e Colino 2.
- ii. Administração Composto pelos ativos utilizados no escritório da administração da Espra e da controladora, e de equipamentos como torres eólicas, utilizadas em testes de medição de ventos para o desenvolvimento de projetos eólicos.

Em novembro de 2008, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 190/2005, foi concluído o processo de unitização dos bens imobilizados em serviço do complexo Hidroelétrico Serra da Prata. Compondo o valor unitizado temos o montante de R\$11.886 referentes aos juros capitalizados durante a construção nos anos de 2005 e 2006. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures. (nota nº14.4). A depreciação dos ativos do complexo Hidroelétrico Serra da Prata foi calculada conforme o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, conforme a Portaria nº 815/1994, do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e ReN ANEEL nº 240/2006.

Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os gastos em projetos hídricos divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL e projetos de parques eólicos vencedores do Leilão de Reserva 2009 e 2010 que estão em construção através das empresas controladas da Companhia.

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção de nossos parques eólicos que após conclusão serão unitizados antes de sua entrada em operação.

Compondo a rubrica de valores a ratear, registramos o montante de R\$27.451 referente a juros sobre empréstimos capitalizados até 31 de dezembro de 2011. Para o saldo comparativo em 31 de dezembro de 2010 não tínhamos adquirido empréstimos para essa finalidade. Além dos juros sobre empréstimos na rubrica de valores a ratear estão capitalizados os custos com salários das equipes de implantação e investimentos incorridos com engenharia do proprietário, meio ambiente e seguro de construção.

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo consolidado da rubrica de Adiantamento a fornecedores apresenta o montante de R\$57.494, referente ao adiantamento para o contrato de fornecimento de Equipamentos de Subestações

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

assinados com a ABB Ltda, no valor de R\$43.325, ao adiantamento para contrato de construção civil com o consórcio Queiroz Galvão e Mercurius no valor de R\$13.889 e ao adiantamento para importação no valor de R\$280. As construções civis e a subestação dos parques tem previsão de conclusão para julho de 2012.

Administração

Em 30 de setembro de 2011 devido a mudança de endereço da sede da Companhia em São Paulo, foi baixado de nossos ativos os valores correspondentes as benfeitorias realizadas em nossa sede anterior no montante de R\$836 de ativos e R\$69 de depreciação acumulada.

15. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Fornecedores	2.059	5.989	19.566	8.100	

Os fornecedores da Controladora são formados principalmente por prestadores de serviços e fornecedores de material para os projetos que estão sendo desenvolvidos. No consolidado, incluem-se, principalmente valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção dos parques eólicos.

16. Empréstimos e financiamentos

•		Controladora 31/12/2011 31/1:		21/12	Consolidado		31/12/2010			
		31/12	2/2011		31/12/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal	Enca	argos	Prin	cipal	Encargos	Prin	cipal
	Custo da Dívida	Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional										
Notas Promissórias (Banco Votorantim) - Renova Energia S.A.	100,00% CDI + 3,0% a.a.	1.031	150.000	1.031	-	150.000	-	-	-	-
BNDES - CEOL Rio Verde S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	2.766	-	80.801	-	-	-
BNDES - CEOL Porto Seguro S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	419	-	14.080	-	-	-
BNDES - CEOL Serra do Salto S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	1.351	-	39.790	-	-	-
BNDES - CEOL Planaltina S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	1.796	-	60.951	-	-	-
BNDES - CEOL Pajeú do Vento S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	1.654	-	53.096	-	-	-
BNDES - CEOL N. S. Conceição S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	2.384	-	82.171	-	-	-
BNDES - CEOL Guirapá S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	1.862	-	54.143	-	-	-
BNDES - CEOL Guanambi S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	1.367	-	44.503	-	-	-
BNDES - CEOL Alvorada S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	669	-	21.727	-	-	-
BNDES - CEOL Candiba S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	-	-	-	19	-	21.235	-	-	-
BNDES - CEOL Licínio de Almeida S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	-	-	-	30	-	36.000	-	-	-
BNDES - CEOL Igaporā S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	-	-	-	59	-	68.063	-	-	-
BNDES - CEOL Pindaí S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	-	-	-	32	-	36.351	-	-	-
BNDES - CEOL Ilhéus S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	-	-	-	22	-	24.750	-	-	-
IFC - Banco Santander S.A Enerbras	100,00% CDI + 2,5% a.a.	-	-	-	-	-	-	824	1.764	13.353
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A Espra	9,5% a.a.		-			4.905	107.369	30	4.572	112.246
Sub total dos empréstimos		1.031	150.000	1.031	14.430	154.905	745.030	854	6.336	125.599
Custo de captação da operação			(591)			(591)	(5.590)			-
TOTAL		1.031	149.409	1.031	14.430	154.314	739.440	854	6.336	125.599

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

16.1 Informações adicionais sobre o serviço da dívida

a. Notas Promissórias Comerciais – Banco Votorantim

Em 18 de março de 2011 a Companhia emitiu notas promissórias comerciais no valor de R\$150.000. Esses títulos têm vencimento de 360 dias, ou seja, em 12 de março de 2012. A remuneração é de taxa D.I. acrescida de 3% a.a. e demais comissões e encargos. A Companhia possui o direito de resgate antecipado da dívida.

A fim de garantir o pagamento integral e cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a Companhia deu em garantia aos titulares das notas comerciais todas as ações, presentes ou futuras, de sua titularidade, representativas do capital acionário de sua controlada Enerbras e seus respectivos direitos. Os detentores das respectivas notas comerciais somente poderão acionar este direito em caso de não cumprimento das cláusulas contratuais pela Companhia.

Os valores captados com esta operação foram utilizados para quitação do empréstimo de IFC e o restante para investimentos nos parques eólicos dos empreendimentos do LER 2009.

b. Financiamentos BNDES para a construção dos parques do LER 2009.

Em 28 de dezembro de 2010 a Companhia obteve a aprovação de financiamento para 9 parques e em 28 de setembro de 2011 para 5 dos 14 parques eólicos contratados no 2º Leilão de Reserva de dezembro de 2009 (LER 2009) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O volume financiado consolidado alcança R\$884.057 e representa aproximadamente 76% do total de investimentos previstos de R\$1.170.000.

Os parques Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde obtiveram aprovação junto à Diretoria do BNDES em um volume total financiado de R\$586.677. O volume representa aproximadamente 74% do total dos investimentos nestes projetos. O financiamento possui taxa de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), até dois anos de carência de juros e principal e 16 anos de prazo de amortização. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84 MW médios de energia firme contratada. Em 25 de novembro de 2011, já havia sido realizada a terceira liberação de recursos.

BNDES - contrato nº 10.2.2108.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Serra do Salto de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$4.648. Até essa data já foram desembolsados R\$39.790 do montante total de R\$57.913, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

BNDES - contrato nº 10.2.2107.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Rio Verde de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$9.541. Até essa data já foram desembolsados R\$80.801 do montante total de R\$89.550, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2106.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Porto Seguro de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$4.026. Até essa data já foram desembolsados R\$14.080 do montante total de R\$19.252, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92% a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2105.1 – Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Planaltina de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$17.915. Até essa data já foram desembolsados R\$60.951 do montante total de R\$82.125, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2104.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Pajeú do Vento de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$12.748. Até essa data já foram desembolsados R\$53.096 do montante total de R\$77.294, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2103.1 – Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Nossa Senhora da Conceição de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$21.391. Até essa data já foram desembolsados R\$82.171 do montante total de R\$86.956, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2102.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Guirapá de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$6.829. Até essa data já foram desembolsados R\$54.143 do montante total de R\$86.956, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2101.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Guanambi de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$11.137. Até essa data já foram desembolsados R\$44.503 do montante total de R\$62.801, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 10.2.2100.1 — Assinado em 05 de maio de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Alvorada de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 3ª liberação em 25 de novembro de 2011, no valor de R\$4.115. Até essa data já foram desembolsados R\$21.727 do montante total de R\$23.829, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029, com juros de 1,92 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

Os demais cinco parques da Renova Energia contratados no LER 2009, Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, receberam a aprovação junto à Diretoria do BNDES em um volume total financiado de R\$297.380, correspondendo na totalidade a aproximadamente 70% do total dos investimentos previstos nestes parques. O financiamento possui taxa de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), até dois anos de carência de juros e principal e 16 anos de prazo de amortização. Os cinco parques totalizam 98,8 MW de capacidade instalada e 42,5 MW médios de energia firme contratada. Em 28 de dezembro de 2011, foi realizada a primeira liberação de recursos.

BNDES - contrato nº 11.2.0914.1 — Assinado em 06 de dezembro de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Candiba de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 1ª liberação em 28 de dezembro de 2011, no valor de R\$21.235, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029, com juros de 2,18 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado) estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 11.2.0913.1 — Assinado em 06 de dezembro de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Ilhéus de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 1ª liberação em 28 de dezembro de 2011, no valor de R\$24.750, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029, com juros de 2,18 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 11.2.0912.1 — Assinado em 06 de dezembro de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Igaporã de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 1ª liberação em 28 de dezembro de 2011, no valor de R\$68.063, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029, com juros de 2,18 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 11.2.0911.1 – Assinado em 06 de dezembro de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Pindaí de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 1ª liberação em 28 de dezembro de 2011, no valor de R\$36.351, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029, com juros de 2,18 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

BNDES - contrato nº 11.2.0910.1 – Assinado em 06 de dezembro de 2011, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Licínio de Almeida de junho de 2011 a julho de 2012, tendo ocorrido a 1ª liberação em 28 de dezembro de 2011, no valor de R\$36.000, com recursos ordinários do BNDES, amortizável em 192 parcelas mensais, vencendo a primeira em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029, com juros de 2,18 % a.a. indexado a TJLP. São garantias da operação o penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens além de fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial. Esta operação estabelece que o índice DFB/EBITDA deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

c. **Banco Santander S.A.** - Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito, com último aditamento celebrado em 07 de novembro de 2007. O valor principal do financiamento no momento da contratação equivalia a um montante de R\$23.253, com taxa de juros de 2,5% a.a. mais atualização de 100% do CDI, exigíveis semestralmente no último dia dos meses de janeiro e julho, sendo a parcela final devida em 24 de maio de 2014. Em 18 de março de 2011 a companhia liquidou o empréstimo em sua totalidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d. **Banco do Nordeste do Brasil S.A.** - Contrato de Financiamento mediante escritura pública de abertura de crédito, com interveniência da Enerbras e dos seus controladores, firmado em 30 de junho de 2006, no montante total de R\$120.096, com juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a15% de bônus de adimplência) exigíveis trimestralmente no dia 30 de cada mês no período compreendido entre 30 de junho de 2006 a 30 de junho de 2008, a partir de então, mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Como garantias a este financiamento foram concedidos:

- fiança bancária, correspondente a 50% do valor do saldo devedor do financiamento. Em março de 2010 o Banco do Nordeste do Brasil S.A. liberou a garantia de fiança tendo em vista a averbação da construção;
- hipoteca de primeiro grau dos imóveis com todas as instalações existentes na: (i) imóvel rural PCH Cachoeira da Lixa, situado no município de Jucuruçu (BA); (ii) imóvel rural PCH Colino 1 D, E, F,
 situado no município de Vereda (BA); e (iii) Fazenda Entorno PCH Colino2, situada no município de
 Vereda (BA);
- penhor de ações, celebrado nos termos dos artigos 1.419 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei n°10.406/2002) e art. 39 da Lei n° 6.404/76. A controlada Enerbras, na qualidade de interveniente, oferece em penhor as ações ordinárias de emissão da Espra;
- penhor dos Direitos Emergentes das Resoluções Autorizativas, celebrado em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e conforme permitido o parágrafo 1º do artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, a controlada Espra dá em penhor ao BNB:
 - a. o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003 e (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, posteriormente alteradas pelas Resoluções nºs 427, 425 e 426, todas de 24 de dezembro de 2004 e pelas Disposições SCG/ANEEL nºs 591 e 588, de 20 de março 2006, e nº 529, de 15 de março 2006, respectivamente, incluindo, mas não se limitando a todas as indenizações pela revogação ou extinção da autorização; e
 - b. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, com suas alterações mencionadas no item 'a', e dos Contratos de Compra e Venda de Energia: CT-PROINFA/PCH-MRE nº 032/2004 (PCH Cachoeira da Lixa); CT-PROINFA/PCH-MRE nº 033/2004 (PCH Colino 1) e CT-PROINFA/PCH-MRE nº 034/2004 (PCH Colino 2), celebrados entre a Espra e a ELETROBRAS.
- Cessão e Vinculação de Receita dos contratos firmados com a ELETROBRAS;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- fundo de liquidez em conta reserva (Nota 11);
- seguro garantia para conclusão de obra, o qual em virtude da conclusão das obras já se encontra cancelado.

16.2 Vencimentos das parcelas não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no Passivo Não Circulante (Consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>31/12/2011</u>
Ano de Vencimento:	
2013	33.340
2014	46.293
2015	46.651
2016	47.031
2017	47.431
Após 2017	538.714
TOTAL	759.460

17. Passivo Fiscal Corrente

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
INSS a recolher	372	140	376	140	
INSS retido de terceiros	6	1	334	9	
IRRF sobre folha	305	186	305	186	
PIS, COFINS e CSLL	212	306	260	436	
IRPJ a pagar	-	-	230	191	
IRRF a recolher	44	108	192	157	
ISS a recolher	-	3	183	34	
CSLL a pagar	-	-	158	59	
IOF a recolher	15	2	88	10	
FGTS a recolher	75	40	75	40	
ICMS a Recolher	4	1_	61	1	
TOTAL	1.033	787	2.262	1.263	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$326.515.

Em 17 de março de 2011, através da rerratificação da ata de reunião de Conselho de Administração de 18 de janeiro de 2011, a Companhia outorgou a opção de compra de 360.051 (trezentos e sessenta mil e cinquenta e um) Certificados de Depósitos de Ações ("Units") representativos, cada um, de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais do capital autorizado da Companhia, no valor de exercício de R\$0,34 (trinta e quatro centavos de real) por opção de compra de Unit, que importará em diluição máxima de 0,77% (setenta e sete centésimos por cento) para os atuais acionistas da Companhia. Nesta data o valor do capital social da Companhia passou de R\$326.515 para R\$326.637 (aumento de R\$122).

Em 04 de abril de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$43 através da emissão de 375.000 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326.637 para R\$326.680.

Em 15 de agosto de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$63 através da emissão de 562.284 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326.680 para R\$326.743.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Renova, autorizou o aumento de capital no montante de R\$378.132, mediante a emissão de 53.108.330 (cinquenta e três milhões, cento e oito mil, trezentas e trinta) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por cada ação ordinária ("Aumento de Capital").

O preço de emissão das ações no Aumento de Capital foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, com base no disposto no artigo 170, §1°, I da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, com amparo no laudo de avaliação anexo à referida ata de Reunião do Conselho de Administração.

É importante ressaltar que o aumento do capital social poderia ser homologado parcialmente, pelo valor do limite do valor do Investimento realizado pela Light Energia ou qualquer valor entre esse investimento e o valor do aumento de capital, em função do direito dos demais acionistas da Companhia de exercerem o direito de preferência para subscrição das novas ações ordinárias emitidas. Em 17 de agosto de 2011, ainda renunciaram ao direito de preferência os acionistas RR Participações S.A., Infra Brasil Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participação Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental, Banco Santander (Brasil) S.A. e Santa Barbara Fundo de Investimento em Participação.

Neste mesmo dia, conforme o fato relevante publicado em 17 de agosto de 2011, a Light Energia S.A. e a Renova Energia S.A., em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4. da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme operação anunciada no mercado em 08 de julho de 2011, a Light S.A., por meio de sua subsidiária integral Light Energia S.A. ("Light Energia"), realizou a integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias emitidas pela Renova mediante aporte no valor de R\$360.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em 19 de agosto de 2011 a Light Energia S.A., RR Participações e a Renova Energia S.A. assinaram o acordo de acionistas que tem por objeto disciplinar dentre outras matérias: (i) o exercício de direito de voto pelo acionista; (ii) a Governança Corporativa da Companhia e de suas Subsidiárias (quando existentes) e suas Controladas; (iii) o exercício do direito de preferência e do direito de igualar oferta na Transferência das Ações Vinculadas pelos Acionistas; (iv) o exercício do direito de venda conjunta das ações vinculadas pelos Acionistas e (v) o direito de saída.

Em 16 de setembro de 2011 encerrou-se o prazo de exercício de direito de subscrição de ações no Aumento de Capital, considerando a subscrição e integralização de 50.561.797 ações ordinárias pela Light Energia S.A. conforme mencionado anteriormente, e o exercício de direitos de preferência, foram subscritas e integralizadas 52.727.813 (cinquenta e dois milhões, setecentas e vinte e sete mil, oitocentas e treze) ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por ação ordinária, totalizando R\$375.422.

Em 30 de setembro de 2011 o capital social integralizado da Renova Energia S.A. era de R\$702.166.

Tendo em vista que houve sobras de 380.517 (trezentos e oitenta mil, quinhentas e dezessete) ações ordinárias, no valor total de R\$2.709, e que o interesse dos acionistas na sua subscrição foi superior ao seu número efetivo, as sobras foram totalmente rateadas entre os acionistas que manifestaram interesse na sua subscrição, nos termos do artigo 171, parágrafo 7, alínea "b", da lei 6.404/76.

O período de subscrição das sobras foi de 30 de setembro até 06 de outubro de 2011. Após o período de subscrição das 380.517 ações ordinárias ainda foram integralizadas em 06 de outubro 87.398 ações ordinárias, no valor total de R\$622. Em 06 de outubro de 2011 o capital social integralizado da Renova Energia S.A., antes de R\$702.166 passou para R\$702.788.

O cancelamento do excedente de sobras no total de 293.119 ocorreu em 25 de outubro de 2011 através de reunião de Conselho de Administração para homologação do aumento de capital e cancelamento das ações remanescentes.

Abaixo segue o quadro de acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2010:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RR Participações	70.889.212	76,198%	3.444.032	7,216%	74.333.244	52,81%
Membros do Conselho de Administração	33.936	0,036%	66.664	0,140%	100.600	0,07%
Free Float	22.109.919	23,8%	44.219.837	92,6%	66.329.756	47,12%
InfraBrasil	11.651.467	12,524%	23.302.933	48,822%	34.954.400	24,83%
Santander Equity	3.904.800	4,197%	7.809.600	16,362%	11.714.400	8,32%
FIP Ambiental	4.666.666	5,016%	9.333.332	19,554%	13.999.998	9,95%
Outros	1.886.986	2,028%	3.773.972	7,907%	5.660.958	4,02%
Total	93.033.067	100,0%	47.730.533	100,0%	140.763.600	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Composição dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2011:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	69,71%	0	0,00%	101.123.594	51,70%
RR Participações	50.561.797	34,85%	0	0,00%	50.561.797	25,85%
Light Energia	50.561.797	34,85%	0	0,00%	50.561.797	25,85%
Outros Acionistas	43.943.355	30,29%	50.529.299	100,00%	94.472.654	48,30%
RR Participações*	18.892.107	13,02%	573.416	1,13%	19.465.523	9,95%
Membros do Conselho de Administração	450.866	0,31%	863.332	1,71%	1.314.198	0,67%
InfraBrasil	11.651.467	8,03%	23.302.933	46,12%	34.954.400	17,87%
Santander	1.896.000	1,31%	3.792.000	7,50%	5.688.000	2,91%
FIP Caixa Ambiental	4.666.666	3,22%	9.333.332	18,47%	13.999.998	7,16%
FIP Santa Barbara	4.228.732	2,92%	8.457.460	16,74%	12.686.192	6,49%
Outros	2.157.517	1,49%	4.206.826	8,33%	6.364.343	3,25%
Total	145.066.949	100,00%	50.529.299	100,00%	195.596.248	100,00%

^(*) restante das ações da RR Participações que não participam do bloco de controle – RR/Light Energia

b. Gastos na emissão de ações

	Controladora			
	31/12/2011	31/12/2010		
Gastos na emissão de ações	34.241	13.686		

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica.

Em 13 de julho de 2010, a Companhia fez sua oferta pública inicial de 10.000.000 (dez milhões) de certificados de depósitos de ações (units), ao preço de R\$15,00 por unit, perfazendo o total de R\$150.000. Essa oferta foi liquidada no dia 15 de julho de 2010. Referente aos gastos dessa operação com advogados, consultores e estruturação a Companhia investiu R\$13.686.

Para a emissão das ações da operação de aumento de capital junto à Light Energia, ocorrida em setembro de 2011 conforme descrito anteriormente, a Companhia contratou empresa de consultoria para prestação de serviços de assessor financeiro, levantamento de recursos através de aporte de equity e ou alienação das ações da Companhia. O investimento total destes trabalhos foi de 5% sobre a operação mais os impostos, totalizando a quantia de R\$20.555.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada Enerbras S.A. aprovou através de AGOE proposta de distribuição de dividendos para a Companhia no valor de R\$11.921 provenientes de lucro auferido no período de 2011, após provisão de reserva legal. Este valor encontra-se registrado na rubrica de Dividendos a receber no grupo Ativo Circulante da Controladora.

19. Receita operacional líquida (Consolidado)

	M`	Wh	R\$		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Suprimento de Energia Elétrica	224.434	224.434	37.938	36.830	
(-) Deduções da Receita	-	-	(1.385)	(1.344)	
Cofins	-	-	(1.138)	(1.105)	
Pis		<u> </u>	(247)	(239)	
	224.434	224.434	36.553	35.486	

20. Gastos operacionais

•	Controladora		
	31/12/20	11	31/12/2010
	Despes	sas operacio	onais
Gerenciáveis	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal, Administradores	6.237	6.237	3.948
Serviços de Terceiros	8.867	8.867	3.503
Aluguéis e Arrendamentos	1.393	1.393	716
Viagens	1.428	1.428	938
Depreciação	1.183	1.183	196
Projetos descontinuados	-	-	3.219
Seguros	147	147	211
Telefonia e TI	866	866	380
Material de Uso e Consumo	416	416	174
Outras	1.805	1.805	293
Total	22.342	22.342	13.578

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Consolidado				
		31/12/2011		31/12/2010	
		Despesas operacionais			
	De operação	Gerais e administrativas	Total	Total	
Não Gerenciáveis					
Tusd - Tarifa de uso do sistema de distribuição	1.074	-	1.074	1.143	
Taxa de Fiscalização	81	-	81	76	
	1.155		1.155	1.219	
Pessoal, Administradores	-	6.237	6.237	3.948	
Serviços de Terceiros	3.143	9.838	12.981	6.542	
Aluguéis e Arrendamentos	-	3.159	3.159	1.249	
Viagens	-	1.514	1.514	970	
Depreciação	5.667	1.190	6.857	5.871	
Projetos descontinuados	-	-	-	3.219	
Seguros	520	147	667	764	
Telefonia e TI	98	882	980	561	
Material de Uso e Consumo	-	425	425	184	
Outras	307	2.194	2.501	856	
	9.735	25.586	35.321	24.164	
Total	10.890	25.586	36.476	25.383	

21. Resultado financeiro

<i></i>	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	15.680	3.979	19.905	5.268
Juros recebidos - mútuo	1.070	7	10	269
Juros recebidos	1	6	77	6
Descontos obtidos	9	9	39	12
Variação monetária	47	72	47	74
	16.807	4.073	20.078	5.629
Despesas financeiras				
Juros	(10)	(25)	(67)	(40)
Juros - mútuo	(657)	(327)	-	(262)
Encargos da dívida	(3.576)	-	(13.788)	(11.699)
IOF	(98)	(137)	(945)	(246)
Despesas bancárias	(32)	(9)	(110)	(13)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(262)
	(4.373)	(498)	(14.910)	(12.522)
Total	12.434	3.575	5.168	(6.893)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

22. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado					
	Imposto	de renda	Contribuição social			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Base de Cálculo presumido IRPJ e CSLL	37.938	36.830	37.938	36.830		
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%		
IRPJ e CSLL	(3.035)	(2.946)	(4.553)	(4.420)		
Ajustes para refletir a alíquota efetiva						
Outras receitas	(4.731)	(1.770)	(4.731)	(1.770)		
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(7.766)	(4.716)	(9.284)	(6.190)		
Alíquota efetiva	24%	25%	9%	9%		
Cálculo IRPJ e CSLL	(1.853)	(1.179)	(844)	(557)		
Desconto excedente R\$0,240 ano	24	24				
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.829)	(1.155)	(844)	(557)		

A Companhia possui regime de tributação pelo lucro real e apurou prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$29.953 em 2011.

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra (regime de lucro presumido) e sobre as receitas financeiras de algumas das coligadas, que embora possuam regime de lucro presumido, conforme a regra, as receitas auferidas provenientes de operações financeiras foram calculadas na regra do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

23. Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor Justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Controladora							
	Valo	r justo	Valor C	ontábil				
Ativos financeiros	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010				
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	254.459	7.251	254.459	7.251				
Créditos com fornecedores	4.701	116.091	4.701	116.091				
Cauções e depósitos vinculados	40	59	40	59				
Não circulante								
Partes relacionadas	25.473	212	25.473	212				
Cauções e depósitos vinculados	449	444	449	444				
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	2.059	5.989	2.059	5.989				
Empréstimos e financiamentos	151.031	-	150.440	-				
Não circulante								
Partes relacionadas	12.087	1.577	12.087	1.577				

	Consolidado							
	Valo	r justo	Valor Contábil					
Ativos financeiros	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010				
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	389.846	18.569	389.846	18.569				
Contas a receber de clientes	5.152	3.918	5.152	3.918				
Créditos com fornecedores	13.479	121.059	13.479	121.059				
Cauções e depósitos vinculados	40	59	40	59				
Não circulante								
Partes relacionadas	244	164	244	164				
Cauções e depósitos vinculados	11.875	12.019	11.875	12.019				
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	19.566	8.100	19.566	8.100				
Empréstimos e financiamentos	155.935	7.796	155.345	7.190				
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	759.460	128.586	753.870	125.599				

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco Santander S.A. e Nota Promissória junto ao Banco Votorantim são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado, correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a 100% do CDI e taxas pré-fixadas para o financiamento Santander e 100% CDI + 3 % a.a. para a nota promissória do Banco Votorantim.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNB são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a taxas pré-fixadas.

					Cont	roladora				
			31/12/2011			31/12/2010				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebiveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa		254.459			254.459		7.251			7.251
Créditos com fornecedores						115.655				115.655
Cauções e depósitos vinculados			40		40			59		59
Não circulante										
Partes relacionadas	25.473				25.473	212				212
Cauções e depósitos vinculados			449		449			444		444
Passivos Financeiros										
Circulante										
Fornecedores				2.059	2.059				5.989	5.989
Empréstimos e financiamentos				150.440	150.440					
Não circulante										
Partes relacionadas	12.087				12.087	1.577				1.577

	31/12/2011			31/12/2010						
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebiveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa		389.846			389.846		18.569			18.569
Contas a receber de clientes	5.152				5.152	3.918				3.918
Créditos com fornecedores						121.059				121.059
Cauções e depósitos vinculados			40		40			59		59
Não circulante										
Partes relacionadas	244				244	164				164
Cauções e depósitos vinculados			11.875		11.875			12.019		12.019
Passivos Financeiros										
Circulante										
Fornecedores				19.566	19.566				8.100	8.100
Empréstimos e financiamentos				155.345	155.345				7.190	7.190
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos				753.870	753.870				125.599	125.599

Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota nº 16, possuem contrapartes o BNB, Banco Votorantim e BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IGP-M e IPCA.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o IGP-M, CDI, TJLP e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importante na captação com baixo risco.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esse agente, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

c. Análise de sensibilidade (Consolidado)

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem aplicações e empréstimos e financiamentos em moeda nacional. No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações. O cenário provável foi determinado a partir do plano de negócios da Companhia aprovado pela Administração com os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2011. Os cenários II e III representam 25% e 50% de aumento de risco, respectivamente, e os cenários IV e V representam 25% e 50% de deterioração e ou redução, respectivamente, conforme a seguir:

Ativo Financeiro	Risco	Provável (I)	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Aplicações Financeiras	CDI	333.896	336.859	339.823	330.932	327.969
Referência para ativos financeiros CDI - Ano	Aumento da taxa em		25%	50%	-25%	-50%

Passivo Financeiro	Risco	Provável (I)	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Empréstimos e Financiamentos - NP						
Renova Energia S.A.	CDI	151.031	151.288	151.546	150.773	150.515
Contratos BNDES	TJLP	652.091	655.698	659.306	648.483	644.875
Referência para passivos financeiros	Aumento da taxa em		25%	50%	-25%	-50%
CDI - Ano e TJLP - Ano						

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

d. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada e controladora em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro abaixo.

			Consolidado							
		31/12/2011								
	Total	Vencto em	Vencto de	Vencto de	Vencto acima					
Obrigações contratuais		2012	2013 até 2015	2016 até 2017	de 2017					
Empréstimos, financiamentos e										
encargos de dívidas	915.396	155.936	126.284	94.462	538.714					
			Cons	olidado						
			31/1	2/2010						
	Total	Vencto em	Vencto de	Vencto de	Vencto acima					
Obrigações contratuais		2011	2012 até 2014	2015 até 2016	de 2016					
Empréstimos, financiamentos e										
encargos de dívidas	132.789	7.190	28.965	12.171	84.463					

e. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. Adicionalmente, em relação aos créditos com fornecedores descritos na nota nº 9, a Administração também entende que não há riscos significativos em relação à realização dos respectivos créditos.

f. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g. Gestão de capital

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31/12/2011	31/12/2010
Dívida de financiamentos e empréstimos	909.215	132.789
(-) Caixa e equivalentes de caixa	389.846	18.569
Dívida líquida	519.369	114.220
Patrimônio líquido	646.874	288.584
Capital social	668.547	312.829
Indice de alavancagem financeira - %	78%	37%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

24. Cobertura de Seguros

A controlada indireta Espra mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, portanto, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são de R\$319.035 para geração e transmissão de energia. Devido à participação nos leilões LER 2009, 2010, LEN 2011 e construção dos parques eólicos, a Companhia tem ativos ainda os seguintes seguros:

Objete de Comentie	Importância	Vigência		Segurado
Objeto da Garantia	Segurada	Início	Fim	
Garantia de execução do fiel cumprimento das obrigações de implantação das 14 Centrais de Geração Eólicas do LER 2009	R\$53.910	29/03/2010	01/10/2012	Agência Nacional de Energia Elétrica
Garantia de execução do fiel cumprimento das	R\$29.470	06/12/2012	01/12/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

i miinares ae Keais, exceto d	<i>үнанао такаа</i>	(0)	ī	•
obrigações de implantação				
das 06 Centrais de				
Geração Eólica do LER				
2010				
Garantia de execução ICG – Fiança – LER 2009	R\$16.275	22/07/2011	01/07/2012	Agência Nacional de Energia Elétrica
Garantia ICG LEN 2011	R\$ 5.560	05/10/2011	10/08/2012	Agência Nacional de Energia Elétrica
Garantia de Registro – Projeto Básico	R\$ 1.154	15/07/2011	15/08/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica
Garantia de Registro – PB PCH A	R\$ 225	01/11/2011	01/11/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação das 09 centrais eólicas do LEN 2011	R\$ 41.193	05/12/2011	01/06/2014	Agência Nacional de Energia Elétrica
Riscos Operacionais	R\$ 138.487	25/09/2011	25/09/2012	ESPRA
Responsabilidade Civil	R\$ 20.000	25/09/2011	25/09/2012	ESPRA
Responsabilidade Civil – LER 2009	R\$ 10.000	14/04/2011	30/06/2012	Renova Energia
Riscos de Engenharia – LER 2009	R\$ 1.289	14/04/2011	30/06/2012	Renova Energia
Riscos Operacionais – LER 2009	R\$ 1.289	11/06/2012	30/06/2013	Renova Energia
Garantia – Obrigações Contratuais	R\$ 183	08/09/2011	08/09/2012	ESPRA

A Companhia tem ainda os seguintes seguros:

Objete de Carantia	I autân sia Casuus da	Vigência		Segurado
Objeto da Garantia	ImportânciaSegurada	Início	Fim	
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$30.000	18/12/2011	18/12/2012	Renova Energia
Seguro de Responsabilidade Civil para Oferta Pública de Ações – POSI	R\$25.000	07/07/2010	07/07/2013	Renova Energia
Seguro Escritórios – Filiais	R\$ 2.464	19/11/2011	19/11/2012	Renova Energia
Seguro – Escritório Sede	R\$ 8.000	07/11/2011	07/11/2012	Renova Energia

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

25. Compromissos de capital

Contratos Relevantes

a) Contratos de Compra e Venda de Equipamentos de Geração de Energia e respectivos Serviços correlatos relacionados aos Parques Eólicos em Implementação

Em 7 de maio de 2010, foram celebrados com a General Electric International, Inc. e com a General Electric do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. ("General Electric") Contratos de Compra e Venda de Equipamento de Geração de Energia e Prestação de Serviços Correlatos ("Contratos de Aquisição dos Aerogeradores"). Tais contratos disciplinam os princípios e as regras gerais para o

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

fornecimento de 180 aerogeradores, de 1,5MW cada, e respectivos serviços de transporte e comissionamento, destinados aos Parques Eólicos em Implementação. Nos termos dos referidos contratos, a General Electric deve concluir as instalações dos nossos Parques Eólicos em Implementação até 30 de junho de 2012. O valor agregado dos Contratos de Aquisição dos Aerogeradores é de R\$854.655, a ser pago em parcelas, cujos vencimentos estão atrelados ao desempenho de certas obrigações pela General Electric, bem como à ocorrência de certos eventos específicos, conforme estabelecidos nos referidos contratos.

Em 26 de agosto de 2010, celebramos com a General Electric International, Inc. e com a General Electric do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. ("General Electric") o Memorando de Entendimentos para dentre outras premissas incluir mais 04 aerogeradores na contratação realizada em 04 de novembro de 2009, tendo sido acordada a alteração de todos os equipamento para o modelo 1.6 XLE.

b) Contratos de Prestação de Serviços de Engenharia e Construção Civil sob o regime de Empreitada Parcial a Preço Global

Em 27 de dezembro de 2010, as SPEs Centrais Eólicas Alvorada S.A. ("Alvorada"), Centrais Eólicas Candiba S.A. ("Candiba"), Centrais Eólicas Guanambi S.A. ("Guanambi"), Centrais Eólicas Guirapá S.A. ("Guirapá"), Centrais Eólicas Igaporã S.A. ("Igaporã"), Centrais Eólicas Ilhéus S.A. ("Ilhéus"), Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A. ("Licínio de Almeida"), Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A. ("Nossa Senhora Conceição"), Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A. ("Pajeú do Vento"), Centrais Eólicas Pindaí S.A. ("Pindaí"), Centrais Eólicas Planaltina S.A. ("Planaltina"),

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Centrais Eólicas Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro"), Centrais Eólicas Rio Verde S.A. ("Rio Verde") e Centrais Eólicas Serra do Salto S.A. ("Serra do Salto") celebraram Contratos de Prestação de Serviços de Engenharia e Construção Civil sob o regime de Empreitada Parcial a Preço Global com a Construtora Queiroz Galvão S.A. ("Queiroz Galvão") e Mercurius Engenharia S.A. ("MESA"). Tais contratos disciplinam os princípios e regras gerais de todos os serviços, fornecimento e demais atividades necessárias para construção das obras civis, incluindo bases e acessos para implementação dos parques eólicos vencedores do LER 2009.O valor agregado dos contratos é de R\$167.623, a ser pago em parcelas cujos vencimentos estão atrelados ao desempenho de certas obrigações pela Queiroz Galvão e MESA, bem como a ocorrência de certos eventos específicos, conforme estabelecidos nos referidos contratos. Além de efetuar os pagamentos de acordo com os contratos, dentre as principais obrigações das SPEs consta a obtenção tempestiva das licenças ambientais necessárias aos serviços.

c) Contratos de Fornecimento de Equipamentos e Prestação de Serviços de Instalação Integrada de Sistemas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, Engenharia e Construção Civil sob Regime de Empreitada Parcial a Preço Global.

Em 27 de dezembro de 2010, as SPEs Alvorada, Candiba, Guanambi, Guirapá, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida, Nossa Senhora Conceição, Pajeú do Vento, Pindaí, Planaltina, Porto Seguro, Rio Verde e Serra do Salto celebraram Contratos de Fornecimento de Equipamentos e Prestação de Serviços de Instalação Integrada de Sistemas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, Engenharia e Construção Civil sob Regime de Empreitada Parcial a Preço Global com a ABB LTDA ("ABB"). Tais contratos disciplinam os princípios e regras gerais de todos os serviços, incluindo fornecimento de redes de distribuição internas, subestações unitárias, subestações elevadoras, linhas de transmissão e distribuição, conexão com a ICG e demais instalações dos parques eólicos vencedores do LER 2009.

Nos termos dos referidos contratos, ABB deve concluir a entrega dos serviços em maio de 2012, para que possa ser cumprida a entrada em operação comercial das SPEs em 01 de julho de 2012, bem como garantir que as instalações eletromecânicas estejam livres de defeitos de qualquer espécie até agosto de 2014.

O valor agregado dos contratos é de R\$85.089, a ser pago em parcelas cujos vencimentos estão atrelados ao desempenho de certas obrigações pela ABB, bem como a ocorrência de certos eventos específicos, conforme estabelecidos nos referidos contratos.

d) Contrato de Operação e Manutenção de Aerogeradores

Em 06 de abril de 2011, as SPEs Alvorada, Candiba, Guanambi, Guirapá, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida, Nossa Senhora Conceição, Pajeú do Vento, Pindaí, Planaltina, Porto Seguro, Rio Verde e Serra do Salto celebraram Contratos de Operação e Manutenção de Aerogeradores com a General Eletric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e com a General Eletric International, INC. ("General Electric"). Tais contratos disciplinam os princípios e as regras gerais para o fornecimento de operação e manutenção dos 184 aerogeradores, modelo 1.6 XLE, de 1,6MW cada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nos termos dos referidos contratos, a General Eletric prestará os serviços de operação e manutenção por um período de 10 (dez) anos contados da última entrega definitiva do último aerogerador, ou 12 anos contados a partir da data de assinatura do contrato.

O valor agregado dos contratos é de R\$103.040, a ser pago em parcelas cujos vencimentos estão atrelados ao desempenho de certas obrigações pela General Eletric.

e) Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Transmissão de Uso Restrito

Em 06 de abril de 2011, as SPEs Alvorada, Candiba, Guanambi, Guirapá, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida, Nossa Senhora Conceição, Pajeú do Vento, Pindaí, Planaltina, Porto Seguro, Rio Verde e Serra do Salto celebraram Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Transmissão de Uso Restrito com a Enex O&M de Sistemas Elétricos LTDA. ("ENEX"). Tais contratos disciplinam os princípios e regras gerais da prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transmissão de uso restrito. Nos termos dos referidos contratos, a ENEX deve prestar os serviços de operação e manutenção por um período de 120 (cento e vinte) meses contados a partir do início de operação comercial do primeiro aerogerador.

O valor agregado dos contratos é de R\$22.046, a ser pago a partir dos 96 (noventa e seis) meses do período de operação comercial das SPEs em parcelas cujos vencimentos estão atrelados ao desempenho de certas obrigações pela ENEX.

* * *

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto Diretor Presidente

Pedro V.B. Pileggi Diretor Financeiro, de Controladoria, de Planejamento e Administrativo*

Luiz Eduardo Bittencourt Freitas Diretor Jurídico e Regulatório

Ney Maron de Freitas Diretor de Meio Ambiente

Reinaldo Silveira Contador CRC 014311-0/0-S- SP Pedro V.B. Pileggi

Diretor de Relações com Investidores e Novos Negócios,

Marcelo Amaral da Silva

Diretor de Engenharia e Construção

Marcelo Amaral da Silva Diretor de Operações*

^{*}interinamente